

**VIOLÊNCIA CONJUGAL e INTRAFAMILIAR:** Breve história da ONG SOS Ação Mulher Família e instituições públicas que combatem a violência contra a mulher em Uberlândia – 1985/ 2011.

Luelma de Jesus Silva\*  
Dulcina Tereza Bonati Borges\*\*

**Resumo**

Este trabalho teve como objetivo estudar a ONGs SOS Ação Mulher Família e outras instituições que combatem a violência contra a mulher em Uberlândia – MG, bem como os impactos e mudanças causados pelo surgimento destas. Realizou-se entrevistas com pessoas envolvidas direta ou indiretamente e análise dos vários tipos de documentos das mesmas, assim como um levantamento bibliográfico com a finalidade de perseguir a problematização e os objetivos propostos.

**Palavras-chave:** Violência. Mulher. Uberlândia. Instituições. SOS Ação Mulher Família.

**Abstract**

This work aimed to study the institutions and ONG SOS Ação Mulher Família fighting and violence against women in Uberlândia - MG, as well as the impacts and changes caused by the emergence of these. We conducted interviews with people involved directly or indirectly and analysis of various types of documents of the same, as well as a bibliography in order to pursue problematization and objectives.

**Keywords:** Violence. Woman. Uberlândia. Institutions. SOS Ação Mulher Família.

**A violência denunciada: A criação dos órgãos**

Para combater a violência de gênero é necessário que esta seja denunciada, sentida. Percebe-se que a violência que vitimiza as mulheres é como um “câncer” na sociedade e atua de forma lenta corroendo o interior das estruturas sociais, demora a ser descoberto e quando o é muitas vezes já está em estágio avançado. Este câncer mesmo curado deixa seqüelas, sua marca é invisível pois está dentro dos “lares” e quando vem a tona, ou seja, no espaço público não é fácil de ser remediado. Sem sombra de dúvidas é necessário reconhecer a importância dos diversos grupos que desenvolveram (e desenvolvem) trabalhos para buscar a conscientização destes problemas. Destaca-se aí os movimentos feministas que tiveram um papel fundamental quanto a divulgação e a luta contra a violência de gênero:

---

\* Graduada em História pela Faculdade Católica de Uberlândia. E-mail: luelma\_silva@hotmail.com.

\*\* Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Membro do NEQUEM – Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: dulcinabb@uol.com.br.

[...] a partir dos anos setenta, os movimentos feministas tornaram público o fenômeno da violência contra a mulher, dando visibilidade, através da denúncia alarmante e grave do problema.<sup>1</sup>

Ainda, segundo Silva, os movimentos feministas ampliaram a visão do que é violência:

[...] consideram como crime quaisquer atos que envolvam agressões físicas, psicológicas ou sexuais, ocorridas no espaço do lar ou fora dele.<sup>2</sup>

Outro fato que as feministas chamaram a atenção e que contribuiu muito para a criação dos órgãos de repressão é que:

Embora os movimentos feministas reconheçam que a violência atualmente atinge os indivíduos de maneira geral, seja na cidade ou no campo, chamam a atenção para a violência específica em relação à mulher, reivindicando a criação de mecanismos, pelo Estado, que prestem assistência à mulher vítima de violência (incluindo Conselhos de Defesa da Mulher, Delegacias Especializadas, Abrigos).<sup>3</sup>

As principais modificações e avanços a nível nacional ocorreram no final da década de 1970 e início de 80, momento de inovações metodológicas, redemocratização do Brasil, com o fim da ditadura se aproximando, além das mudanças no cenário mundial, ápice das novas tecnologias, o “boom” da internet, da informação rápida e da cultura de massa<sup>4</sup>.

As iniciativas da ONU de declarar em 1975 o ano Internacional da Mulher e de comemorar o dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher foram de extrema importância para as brasileiras e para o feminismo no Brasil, na medida em que garantiu um espaço de discussão coletiva<sup>5</sup>. As comemorações foram organizadas no Rio de

---

<sup>1</sup> SILVA, Marlise Vinagre. *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez, 1992.p. 96.

<sup>2</sup> Idem, p. 96.

<sup>3</sup> Idem, Ibidem.

<sup>4</sup> O fim do milagre econômico, a partir de 1970, o início da abertura política nesse e a previsão de eleições diretas para presidente em 1978, fortaleceram a mobilização da sociedade civil, e possibilitaram às mulheres visibilidade nos movimentos sociais e espaços políticos (GOLDBERG, A. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de libertação em ideologia liberalizante*. UFCS: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987. (mestrado em sociologia). Teles aponta o movimento de mulheres, sob a forma de clubes de mães e associações de bairro, nas quais eram discutidos seus problemas e alternativas, levando-os para os espaços públicos e até para algumas autoridades. A cidade de São Paulo foi pioneira nessa nova forma de organização das mulheres das periferias, que, com o apoio da igreja, começava a traçar uma nova forma de articular suas lutas nos espaços públicos (SANTOS, Y. G. dos. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel dos movimentos feministas: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. *Cadernos Pagu*, n. 27, p. 401-426, Jul./dez. 2006).

<sup>5</sup> É importante ressaltar que o feminismo brasileiro caracterizou-se pela articulação das mulheres da camada média, espaço de origem do movimento, com as mulheres das camadas populares, pertencentes as

Janeiro, com festas e debates, sendo realizado, em junho, o I Encontro de Mulheres do Rio de Janeiro. Em outubro destacou-se o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista com financiamento do Centro de informações da ONU e Cúria Metropolitana. Esse evento contou com a participação da igreja católica, sindicatos, feministas e partidos políticos. A partir desse encontro foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira – CDMB. Também foram fundados os jornais “Brasil Mulher” e “Nós-Mulheres”, que levaram para a imprensa as discussões feministas e a sua ampliação. Outra herança do Ano Internacional foi o Movimento pelo Custo de Vida e o Movimento Feminino pela Anistia – MFA. De uma forma ou de outra todas estas transformações contribuíram para que fossem promulgadas mudanças significativas em relação à violência:

No âmbito das instituições do Estado, um dos avanços considerados mais significativos obtidos em relação ao atendimento à mulher que vive situações de violência é a criação do Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento da Mulher (COJE), através do CECF (de São Paulo), juntamente com a Procuradoria Geral do Estado, em julho de 1984.<sup>6</sup>

O primeiro grande avanço com relação ao atendimento específico a Mulher foi a criação da Comissão da Mulher, em 1979, no Rio de Janeiro, e um ano depois, o SOS em São Paulo, sendo esta a primeira forma de atendimento concreto à mulher vítima de violência doméstica. Em relação ao serviço prestado pelos SOS-Mulheres em todo o Brasil é necessário compreender a sua importância no que se refere à denúncia, à tabulação de dados sobre a violência, a relação desta com a sociedade, como esta é percebida e os meios de prevenir, punir e erradicar a mesma. Em junho de 1980, logo após o Encontro de Valinhos, MG, que enumerou a violência doméstica e o planejamento familiar como temas em evidência naquele momento e entre os que deveriam ser tratados pelo movimento feminista, foi criado o Centro de Defesa da Mulher em Minas Gerais.

---

igrejas católicas e associações populares. Unidas pela oposição à ditadura, mas divergindo em temas como aborto, sexualidade e planejamento familiar, tiveram grande aceitação das teses feministas de orientação marxista/socialista e da luta pela democracia. Começaram então a participar de congressos de mulheres, nos quais temas como a fertilidade, sexualidade, aborto e violência sexual podiam ser falados. Podemos afirmar que o contato entre as mulheres de camadas diferentes impactou positivamente os dois “sub-grupos”. Ao aliar-se às camadas populares, o movimento feminista brasileiro incorporou outras questões às suas pautas de reivindicações. E as mulheres dos bairros, ao participar dos movimentos, tiveram a oportunidade de sair de seus lares e discutir a condição de mulher e almejar uma nova vida para elas mesmas. (TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO Monica de. *O que é violência contra mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2002).

<sup>6</sup> SILVA, Marlise Vinagre, op cit. p.96.

Na área da violência a criação da primeira DDM (Delegacia de Defesa da Mulher), experiência esta inédita no Brasil e no mundo foi também um avanço notório e significativo, inaugurada em São Paulo, no dia 6 de agosto de 1985, com o apoio dos conselhos da condição feminina, serviu para dar mais visibilidade ao fenômeno da violência. Dessa forma, um problema que antes era tratado com “normalidade” pela sociedade, passa a ser exposto, discutido e explorado com mais rigor. As Casas-Abrigo também foram criadas com apoio dos conselhos da condição feminina. Este tipo de assistência às mulheres vítimas de violência foi assumido por algumas prefeituras, beneficiando mulheres com risco de morte, ameaçadas por companheiros.

Enfim, em 1985 evidencia a criação no Rio de Janeiro da Comissão Especial dos Direitos da Mulher, vinculado ao Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos, com o objetivo de examinar casos de violência contra a mulher. A nível nacional estas foram algumas das ações que aconteceram em prol de um atendimento específico às mulheres vitimadas pela violência.

## **2.2. Cada cidade tem a sua violência**

Uberlândia, a cidade do progresso, do rápido e do novo convive com “problemas sociais” velhos e persistentes como toda cidade, ou melhor, como todos os países. Na Cidade Jardim, o silêncio ofuscante dos problemas, não ficou “escondido” entre “paredes”. Surge em 1987 a Delegacia de Mulheres, as palavras expressas por Guerra evidenciam bem a importância deste fato:

Resgatar a história da constituição da Delegacia de Mulheres de Uberlândia parece ser um modo de dar a conhecer à comunidade local parte de sua história, por meio das falas dos interlocutores e do movimento que resultou na criação dessa delegacia.<sup>7</sup>

Este processo se deu a partir da iniciativa do vereador Geraldo Gomes Rezende, em 1985, que apresentou um requerimento à Câmara Municipal, encaminhado para o Secretário de Estado da Segurança Pública, Crispin Jacques Bias Fortes. O mesmo enfatizava a necessidade da criação desta delegacia em Uberlândia, no entanto, as discussões estavam apenas começando. Em resposta a esta iniciativa o Delegado Regional de Segurança Pública, Paulo Lucas da Silva, cumprimentou a iniciativa,

---

<sup>7</sup>GUERRA, Cláudia C. *Descortinando o poder e a violência nas relações de gênero- Uberlândia-MG (1980-1995)*. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós- Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 71.

porém afirmou que os ajustes na cidade seriam feitos conforme os recursos físicos e humanos qualificados e disponíveis. No ano seguinte as discussões e as iniciativas continuaram, quando se realizou na cidade o I Encontro Regional- a mulher na constituinte, promovido pela Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, dentre outras entidades, apoiado pela Câmara Municipal de Uberlândia. A partir deste encontro os discursos se tornaram mais calorosos, principalmente depois da aprovação da Carta de Minas, onde constava a necessidade da criação de delegacias de mulher em cidades de porte médio.

Outro fato que contribuiu também para a criação da Delegacia de Mulheres, em 1987, foi que Uberaba (vizinha de Uberlândia) iria ter a delegacia de mulheres, primeiro que Uberlândia. Conhecendo o passado que remete a cidade como progressista, esta situação não poderia ser sustentada, tanto, que o vereador Geraldo G. Rezende, intensificou suas pressões e estabeleceu contato com líderes políticos como o deputado estadual Luiz Alberto Rodrigues (no período, Secretário do Planejamento de Minas) e o governador de Minas na época, Hélio Garcia. Assim, em 1987, foi criada a Delegacia da mulher em Uberlândia, sendo a primeira do Triângulo Mineiro, a delegada responsável na época foi Iane Jansen Drumond.

A delegacia funcionaria no prédio da Delegacia Regional de Segurança Pública, porém a criação da delegacia não significou o fim dos debates, mas sim a efervescência dos mesmos. Em 1988, foi designada uma nova delegada, esta, juntamente com o delegado regional ficaram responsáveis por estabelecer reuniões com grupos de mulheres, vereadores(as) e outros membros da sociedade, para discutir sobre as metas e procedimentos que viabilizassem melhorias nessa área. Nos anos seguintes vários foram os empreendimentos envolvendo a Delegacia de Mulheres em Uberlândia, atualmente a mesma conta com a delegada da mulher, Juliana Santos Machado Acipreste e vários são os questionamentos que envolvem a administração e o que necessita a cidade de Uberlândia e as mulheres vítimas de violência.

A Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher constitui um local de atendimento policial específico para as mulheres. Nessa delegacia, a mulher que sofreu violência pode registrar a ocorrência, obter o termo circunstanciado de ocorrência e fazer solicitação do exame de corpo de delito. É um local que intimida menos as mulheres do que as delegacias gerais, facilitando a denúncia da violência sofrida.

É importante notar que a criação da Delegacia de Mulheres em Uberlândia foi um marco importante para toda a população uberlandense, constituiu-se na união das

forças de grupos feministas e líderes políticos, e a criação desta abriu um “leque” de oportunidades, no entanto as vozes violentadas da cidade necessitavam de algo mais. E este algo mais tem nome e endereço: SOS Ação Mulher Família de Uberlândia.

A ONG teve desde o início o objetivo de promover a paz conjugal e intrafamiliar. Conta em quase sua totalidade com trabalho voluntariado. O processo de criação do SOS era uma reivindicação histórica do movimento feminista local, em 1996, este processo se amplia sob a coordenação de Jane de Fátima Silva Rodrigues e Cláudia Costa Guerra, ambas ligadas ao Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher (NEGUEM), sendo que a última realizava Mestrado na USP/SP, na área de violência conjugal. Além disso, este projeto pôde contar com membros de outros setores da sociedade como a ex-vereadora e professora, Nilza Alves (que também participou da criação da Delegacia de Mulheres), e com órgãos públicos como a Prefeitura e a Câmara Municipal. Além de contar com a participação dos grupos sociais da cidade. O espaço físico, de primordial importância, foi cedido pela então presidenta do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Normy Firmino Barbosa, que ficou responsável temporariamente pela coordenação do SOS.

Em 06 de Março de 1997, a ONG SOS Ação Mulher Família se constituiu como uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, com a finalidade de atender e encaminhar mulheres, homens e crianças vítimas de violência conjugal e familiar, ou seja, o apoio também é prestado à família e não exclusivamente ao casal. A entidade respeita as diferenças sejam estas sexuais, religiosas, de etnia e social. Conforme Guerra afirma:

O SOS Mulher Família de Uberlândia é, hoje, uma Organização Não-Governamental, de Utilidade Pública Municipal e Federal e conta com trabalho interprofissional gratuito, com atuação e intervenção a casos de violência conjugal e intrafamiliar, seja física, sexual, patrimonial e/ou psicológica/emocional/moral, cujas estratégias de atendimento podem ser individuais, com o casal ou em grupos reflexivos de apoio com mulheres, homens autores de violência, crianças e adolescentes.<sup>8</sup>

O trabalho realizado pela ONG tem inspiração no SOS de Campinas (SP), cujo foco é a prestação de serviços. Atuando na cidade, desde 1997, a ONG conta com profissionais que implementam diversos tipos de serviços como o social, o psicológico e o jurídico. O serviço social faz a triagem, ou seja, a ficha inicial da família ou da pessoa agredida. O psicológico é o atendimento prestado à família, ao casal, ou à pessoa agredida, para compreender os problemas enfrentados e definir o tipo de tratamento. O

---

<sup>8</sup> GUERRA, Cláudia Costa; NOVAIS, Gercina Santana; VIEIRA, Analúcia de Moraes (Org.). *Da lagarta à borboleta: pesquisas e intervenções em violência intrafamiliar*. Uberlândia: Hebrom, 2012, p.19-20.

jurídico é a orientação em caso de divórcio, pensão, Lei Maria da Penha, exames de paternidade e outros.

É importante evidenciar que a ONG atende casais homoafetivos e também homens vítimas de violência. A mulher pode ser autora de crimes e violências várias, contra o seu marido/companheiro/namorado e acaba por ser a detentora de poder, em relação aos filhos (as), ou seja, existe um “ciclo “de violência que vitima toda a família. Qual seria porém o grande diferencial do SOS Ação Mulher Família em Uberlândia? É a forma de atendimento promovida pela instituição, que se presta a tratar todos os extremos da violência em si e as consequências da mesma. A forma de trabalho realizado é o da prevenção, informação e auxílio, promovendo eventos e cursos para manter seus funcionários sempre atualizados.

Gregori analisa a criação e o fechamento do SOS de São Paulo, no final de 1980, que durou apenas três anos. As principais causas apresentadas pela autora pelo curto espaço de funcionamento, foi que a instituição não apresentava um diferencial que fizesse as vítimas se sentirem à vontade, também, o assistencialismo não funcionava corretamente, já que as militantes encaravam a prestação de serviços como algo secundário na instituição e terceiro as militantes tinham por preocupação principal inserir a “marca” do movimento feminista, ou seja, mudar bruscamente a forma de pensar destas mulheres e não ajudá-las dentro de suas particularidades a romper com o “ciclo” de violência:

A análise do SOS-Mulher mostrou algo definitivo: a condição de opressão da mulher não se modifica atuando-se apenas no nível da consciência. A maioria dos estudos sobre a mulher, inclusive o meu, constatam que as mulheres vivem e se relacionam de maneiras diferentes com o fato de serem oprimidas<sup>9</sup>

A ONG SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, encara o assistencialismo como um fator importante para ajudar as mulheres a “romper” o ciclo de violência e a resgatar sua dignidade social, esta também é vista pelas vítimas como um local diferenciado e acolhedor. Além disso percebemos que a instituição preocupa-se em oferecer um ambiente agradável para as mulheres agredidas<sup>10</sup>.

Outro marco para a cidade de Uberlândia, em relação à violência, foi a criação da Patrulha de Atendimento a Mulher, em 2003, em parceria com o SOS Ação Mulher

---

<sup>9</sup> GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 199.

<sup>10</sup> NOVAIS, Gersina Santana, et al. A sala de espera como local de acolhimento interdisciplinar a vítimas de violência conjugal. *Caderno Espaço Feminino* v. 17, n. 1. 1/Sem. NEGUEM:Universidade Federal de Uberlândia, p.375-391, 2007.

Família, o 17º Batalhão, a Prefeitura e a Universidade Federal de Uberlândia. A PAM presta serviço das oito até as quatro horas da tarde, e oferece assistência domiciliar a pessoas em situação de violência intrafamiliar, por uma equipe interdisciplinar e interinstitucional.

Conta com duas patrulhas e três profissionais, sendo dois policiais e outro um agente fixo, que pode ser um(a) assistente social, advogado(a), psicólogo (a), pedagogo (a), historiador (a) ou de outras áreas afins. Os profissionais da PAM contam com cursos de aperfeiçoamento duas vezes ao mês e a mesma faz cerca de 800 atendimentos anualmente.

As famílias são visitadas quando a PAM é acionada pelo número de telefone 190 ou a partir de boletins de ocorrência policial arquivados na polícia militar, nos quais consta a incidência ou reincidência de denúncia de violência intrafamiliar. A abordagem domiciliar é dirigida à pessoa vítima de violência indicada no boletim de ocorrência policial. Caso a vítima não deseje o atendimento a equipe respeita sua decisão. As responsáveis pelo atendimento escutam a história familiar e de agressão contadas pela vítima e demais familiares presentes, oferece orientações e, quando necessário, encaminha a pessoa para outros órgãos, especialmente os da rede de apoio às vítimas de violência.

Além da Delegacia da Mulher, da ONG SOS Ação Mulher Família, da PAM, temos outros órgãos que também foram criados em Uberlândia, com a finalidade de dar atendimento especial à mulher, vítima de violência, como a Casa Abrigo -Travessia<sup>11</sup>. O projeto surgiu da iniciativa da ONG SOS Ação Mulher Família, em 1999, e foi apresentado pelo Deputado Federal Gilmar Machado ao Ministério da Justiça junto à Secretária de Direitos Humanos e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que disponibilizaram uma verba de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a sua instalação. A mesma teve o término da 1ª etapa e seu lançamento virtual em 16 de outubro de 2002, e ficou previsto a arrecadação de mais R\$100.000,00 (cem mil reais) por parte do deputado para que em 2003 fosse concluída a 2ª etapa. Os objetivos da Casa Abrigo são, atender mulheres e filhos(as) menores de idade sob ameaça de violência intrafamiliar, garantindo a segurança da mulher e da sua família, e o abrigamento

---

<sup>11</sup> Travessia: “ato ou efeito de atravessar uma região, um continente, um mar... Longo trecho de um caminho ermo”, nesse caso, cheio de desencanto e permeado pela violência que dói no corpo, sim, mas que marca a alma e é vivenciada num local onde foram investidos sonhos, ilusões, compartilhados filhos/as e projetos: no interior do lar, na convivência em família (GUERRA, Cláudia Costa; LEMES, Viviane. Casa Abrigo Travessia de Uberlândia para mulheres e filhos/as em risco: uma alternativa à violência intrafamiliar. *Gênero em Pesquisa* – PPGH, n. 19/20, Ano 10/11, Uberlândia, 2002.2003).

temporário para que a mulher e/ou filhos (as) voltem para o convívio em sociedade de forma a ter garantida a sua segurança.

A Prefeitura Municipal de Uberlândia também participa da rede de apoio por meio de secretarias e programas na área social, cujas ações contribuem para oferecer assistência às mulheres vítimas de violência e prevenção da violência doméstica/intrafamiliar, incluindo a conjugal. Tal assistência é feita atualmente pelos serviços da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Trabalho e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, constituído por representação paritária do poder público e da sociedade civil, recebe casos de denúncia de violação dos direitos das mulheres e fiscaliza as políticas públicas para as mulheres. Nesse sentido, é uma organização de referência para as mulheres agredidas, na medida em que objetiva coibir a violência por meio de suas ações de fiscalização e proposição de políticas públicas.

Portanto, existe no município de Uberlândia uma rede de apoio às mulheres vítimas de violência conjugal que é uma atuação articulada entre instituições e serviços governamentais e não governamentais, visando a ampliação e a melhoria da qualidade do atendimento, a identificação, o encaminhamento e acompanhamento adequados de casos de violência existentes na comunidade e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e promoção da cidadania.

### **2.3. Outras mudanças: a violência “escancarada”**

Uma das inúmeras mudanças ocorridas nesta década foi a promulgação da Lei 11.340/2006, de 07 de agosto de 2007, ou como ficou conhecida popularmente a Lei Maria da Penha. Esta surgiu de um drama individual de uma mulher, uma história que comoveu o Brasil e o mundo e promoveu mudanças na legislação brasileira e também na sociedade. As relações violentas entre homens e mulheres no Brasil foram “escancaradas”, as “feridas” expostas e os problemas divulgados. Em seu livro “Sobrevivi”<sup>12</sup>, Maria da Penha conta a sua história de vida desde a infância, em Fortaleza, como conheceu o agressor, Marco Antônio Herédia de Viveros, a atmosfera de medo que habitava em seu lar e como da tragédia tirou forças para lutar e mudar as relações violentas no Brasil. Souza e Kumpel evidenciam como o caso ocorreu e como tornou se lei:

---

<sup>12</sup> PENHA, Maria da. *Sobrevivi... posso contar*. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2010.

O caso Maria da Penha ocorreu em 1983, em Fortaleza, Ceará, envolvendo a biofarmacêutica Maria da Penha Fernandes que, na ocasião, sofreu duas tentativas de homicídio provocadas pelo então marido Marco Antonio H. Ponto Viveiros, professor na Faculdade de Economia. A vítima recebera, por ocasião de uma das tentativas um tiro nas costas que a tornou paraplégica. O caso se tornou emblemático na medida em que o réu foi condenado em duas ocasiões (1991 e 1996), mas não chegou a ser preso, recorrendo sempre em liberdade. Maria da Penha mobilizou e procurou os organismos internacionais, a saber, o Comitê Latino- americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), bem como o Centro pela a justiça e o Direito Internacional (Cejiil). Em 2001, a Organização dos Estados Americanos (OEA) responsabilizou o Estado Brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica e recomendou a tomada de medidas com base no Caso Maria da Penha. Marco Antonio acabou sendo preso apenas em 2003, ou seja, quase 20 anos depois do fato, acompanhado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Tudo isso redundou na criação da Lei 11.340/ 2006, que acabou sendo batizada de “Maria da Penha”.<sup>13</sup>

A Lei “Maria da Penha” tem um caráter repressivo e preventivo, pois, segundo a mesma, deve-se trabalhar de duas maneiras para mudar as relações violentas, punir não é o suficiente é necessário promover ações que conscientizem a sociedade a respeito da violência contra a mulher. É importante evidenciar que a criação desta lei, atendeu as “vozes” que “clamavam” por mudanças, ainda segundo Souza e Kumpel:

O certo é que as coisas não podiam continuar como estavam, posto que a violência contra a mulher estava banalizada e o Juizado de Pequenas Causas e “coisificava” na medida em que, quando não havia retratação, impunha ao agressor o pagamento de uma cesta básica. Hoje a situação é vista de maneira particularizada. A mulher em situação de violência tem um *status* constitucional diferenciado e a sua situação é tratada com base nos ditames da dignidade da pessoa humana.<sup>14</sup>

Cada situação de violência é analisada em suas particularidades, ou seja, não segue um padrão único. A violência como foi visto possui várias facetas e se constitui de formas diferentes em cada lar e esquina. A lei também ampliou o conceito de violência contra a mulher não se restringindo apenas à sexual e física, mas também à psicológica, moral e patrimonial, pois todos estes aspectos são importantes.

Em relação à proteção a mulher cabe ressaltar alguns aspectos, como já citado antes, homens e mulheres são atores e atrizes do palco das relações sociais, ambos cometem e são vítimas de crimes e também devem ser protegidos. Conforme Souza e

---

<sup>13</sup> SOUZA, Luiz Antônio de; KUMPEL, Vitor Frederico. *Violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei 11.340/2006*. 2 ed. São Paulo: Método, 2008.p.16.

<sup>14</sup> SOUZA, Luiz Antônio de Souza; KUMPEL, Vitor Frederico, op. cit. p.16.

Kumpel a lei prevê que “A LVM é constitucional, não só por ter ampliado a noção de família do artigo 226, [...], como também por ter protegido exclusivamente a mulher.”<sup>15</sup>

Porém, a interpretação não é feita apenas sob o ponto de vista gramatical e sim sociológico, teleológico e axiológico, em que é discutido o princípio de isonomia que prevê que “homens e mulheres sejam iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”<sup>16</sup>. Assim notamos que é resguardado também aos homens, vítimas de violência, o direito de serem defendidos pela legislação. O outro aspecto se refere à família homoafetiva, a LVM protege a mulher e o homem em situação de violência independente de sua orientação sexual. A lei se aplica a qualquer relação afetiva, seja namoro, noivado, casamento, concubinato ou outra que envolva um vínculo afetivo, e estende-se também aos outros membros da família como observado por Souza e Kumpel:

Este é o primeiro diploma legal a reconhecer expressamente que a prática de ato ilícito pelo marido contra esposa, pelo companheiro contra a companheira, pelo pai contra a filha ou pelo padrasto contra a enteada sujeita o ofensor à condenação em indenização por perdas danos.<sup>17</sup>

Enfim, na LVM notamos várias aspectos a serem interpretados pelos historiadores (as). O diálogo com as outras ciências é muito importante para dar conta de outros aspectos observados nesta lei. Maria da Penha analisa nas páginas finais de seu livro:

No entanto, o descumprimento das leis que regem a sociedade brasileira, a tolerância e benevolência em sua aplicação, estimulam a prática de hábitos que desafiam a própria justiça. Mesmo com a criação da Lei que me honra ao adotar espontaneamente o meu nome, Lei Maria da Penha, esbarra-se na morosidade dos processos judiciais que apenas favorece a impunidade e prejudica aqueles que buscam a justiça. Mas também são necessárias mudanças educacionais e culturais, nas estruturas mais profundas de nosso comportamento, para que prossigamos, neste século 21, no rumo de uma sociedade sem preconceitos, justa, livre e igualitária.<sup>18</sup>

Além da Lei Maria da Penha, outras ações também foram de primordial importância para a luta por melhorias nas relações entre homens e mulheres, no que diz respeito à violência como estes acordos evidenciado por Guerra:

Pode-se lembrar, ainda, de alguns acordos internacionais assinados pelo Brasil, visando à igualdade de gênero, propondo a implementação de políticas públicas e ações afirmativas: Conferência Mundial sobre a Mulher (México, 1975); Conferência Mundial de Copenhague (1980); Conferência

---

<sup>15</sup> SOUZA, Luiz Antônio de Souza; KUMPEL, Vitor Frederico, op. cit. p.63.

<sup>16</sup> Idem, p.65.

<sup>17</sup> Idem, Ibidem, p.08.

<sup>18</sup> PENHA, Maria da. , op. cit. p.105.

Mundial de Nairobi (1985); Conferência dos Direitos Humanos em Viena (1993); Declaração da ONU para Eliminação da Violência contra a Mulher(1993); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher- de Belém do Pará (1994) e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing (1995).<sup>19</sup>

Como pode-se verificar, foram significativas as conquistas femininas em prol do fim da discriminação e da violência e a inclusão efetiva das mulheres na sociedade. Vários movimentos somados contribuíram para a redefinição de papéis sociais. O movimento feminista nos dias atuais pode ser visualizado em três frentes ou grupos, nos partidos políticos e sindicatos; em espaços institucionais como órgãos governamentais, universidades, faculdades e mídia; e em grupos populares.

Em suma, percebe-se que as mudanças são culturais e continuam acontecendo nas relações cotidianas.

### **Caminhos da pesquisa: como se movimenta a “rede” em Uberlândia**

Neste ítem objetivou-se apresentar uma análise dos dados de cada instituição pesquisada, relacionando-os com as expectativas e necessidades das vítimas de violência conjugal nas relações estabelecidas entre usuários(as), profissionais e entrevistas com funcionários(as) das mesmas. Para tanto, realizou-se um estudo de natureza qualitativa, cujos instrumentos de coleta de dados foram repassados por cada uma delas.

Como já citado cinco são as instituições principais de atendimento a mulher vitimada pela violência em Uberlândia: a ONG SOS Ação Mulher Família, a PAM (Patrulha de Atendimento Multidisciplinar), a Casa Abrigo Travessia, a Delegacia de Mulheres de Uberlândia, e o Núcleo de Apoio à Mulher/SMDSHT (Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Trabalho), cada uma destas instituições com um papel dinâmico e de suma importância no encaminhamento ao atendimento à violência conjugal e familiar.

È importante compreender que existe um atendimento especializado de cada uma delas e a não articulação dos mesmos constitui uma “quebra” na organização da rede.

---

<sup>19</sup> GUERRA, Cláudia C., op. cit. p.16.

### 3.1-O que funciona e como funciona: entre as “linhas” que tecem o atendimento

Em todo o mundo é conhecido a importância do trabalho prestado pelas ONGs. Segundo Ferreira :

A denominação foi criada pelas Nações Unidas em 1950, para sintetizar um conjunto muito variado e heterogêneo de organizações internacionais não oriundas de acordos internacionais e atuantes no âmbito supra-nacional<sup>20</sup>.

No Brasil, a efervescência das ONGs ocorreu nos anos 1970 e 80, devido ao período de redemocratização, haja vista que o país vivia em regime militar ditatorial, e a atuação na luta pelos direitos mínimos de sobrevivência era vital. A respeito do conceito de ONG Ferreira nos mostra que:

Para alguns, são motores de transformação social, uma nova forma de fazer política. Para outros, um campo propício às ações do neoliberalismo, que busca repassar suas responsabilidades sociais para o campo da sociedade civil. Dois extremos de posições entre um conjunto de outras, em que, sem dúvida alguma, pode corresponder, qualquer uma delas, à realidade de uma ou outra ONG, dentro do seu universo total<sup>21</sup>.

Quanto aos critérios de funcionalidade, as ONGs têm se caracterizado como entidades de assessoria, apoio, educação, promoção e defesa dos direitos humanos, com o objetivo de transformar aspectos negativos da realidade social, manifestados por meio de movimentos sociais e/ou comunidades. E é nesse sentido que podemos conceituar a ONG SOS Ação Mulher Família de Uberlândia.

Os prontuários de atendimento do SOS Ação Mulher Família são padronizados, preenchidos pelas assistentes sociais que realizam o primeiro atendimento das solicitantes e que depois as encaminham para os profissionais especializados ou para outros órgãos como centros de saúde, juzizados especiais, delegacias. O intercâmbio é estabelecido com o intuito de oferecer um tratamento multidisciplinar e humanizado. Como uma amostra para esta pesquisa, foram analisados quatro prontuários de atendimento, referentes aos seguintes anos, respectivamente, 2001<sup>22</sup>, 2002<sup>23</sup>, 2006<sup>24</sup> e 2009<sup>25</sup>.

---

<sup>20</sup> FERREIRA, Eliane Schmaltz. *Rede Cerrado de ONGs*. Novos códigos de sociabilidade e a perspectiva de gênero. Doutorado. Universidade de São Paulo, 2002, p. 69.

<sup>21</sup> FERREIRA, E. S., op. cit.

<sup>22</sup> Levantamento anual de dados sobre a violência conjugal e familiar em Uberlândia/2001, esta pesquisa foi realizada em janeiro de 2002, a coordenação foi feita pela especialista em História e Graduada em Direito, Viviane de Souza Lemes, com a colaboração da professora MS. Cláudia C. Guerra.

Somados os quatro prontuários foram coletadas informações de 1099 pessoas, destas, 1015 são mulheres. Portanto, elas continuam sendo a maioria das vítimas atendidas pela ONG. Deve-se considerar que as mesmas são apontadas, em alguns casos, como agressoras.

Os gráficos abaixo mostram as características principais do perfil das pessoas atendidas, de acordo com os prontuários analisados. A faixa etária média é de 21 a 30 anos e também de 31 a 40 anos, a etnia predominante é a branca, a relação com o agressor(a) é de concubinato, companheiro(a) ou marido/esposa, namorado (a) ou ex-maridos/esposas, namorados ou companheiros(as). O tempo de convivência médio é de 5 a 10 anos, excetuando o prontuário do ano de 2009, em que é analisado o tempo de agressão e não de convivência, e a maior porcentagem está entre 0 a 5 anos. Esse tipo de ligação de ordem amorosa estabelece relacionamentos interpessoais que, por serem de grande significado afetivo, podem sedimentar condutas e sentimentos de solidariedade ou de conflitualidade. O grau de comprometimento social e psicológico estabelecido nesse tipo de relação interpessoal impede, às vezes, as mulheres de romper com a situação de violência, tornando o conflito regular, cotidiano.

---

<sup>23</sup> Levantamento anual de dados sobre a violência conjugal e familiar em Uberlândia/2002, esta pesquisa foi realizada em janeiro de 2003, a coleta de dados foi feita pela jornalista e voluntária do SOS Mulher/Família Patrícia Ribeiro Soares, sob a coordenação de Viviane de Souza Lemes (Especialista em História e Graduada em Direito) com a colaboração da análise dos dados feita pela professora MS. Cláudia C. Guerra.

<sup>24</sup> Levantamento de dados sobre a violência conjugal e intrafamiliar no SOS Ação Mulher Ação Família de Uberlândia, de janeiro a junho de 2007, os dados foram coletados por Vanessa da Silva Nunes (estagiária do 6º período do Curso de Pedagogia Gestão e Tecnologia Educacional –UNIMINAS) sob a orientação da professora MS. Cláudia C. Guerra.

<sup>25</sup> Pesquisa em prontuários realizada no ano de 2010 pela psicóloga voluntária, Cláudia Regina Braga da Cruz.

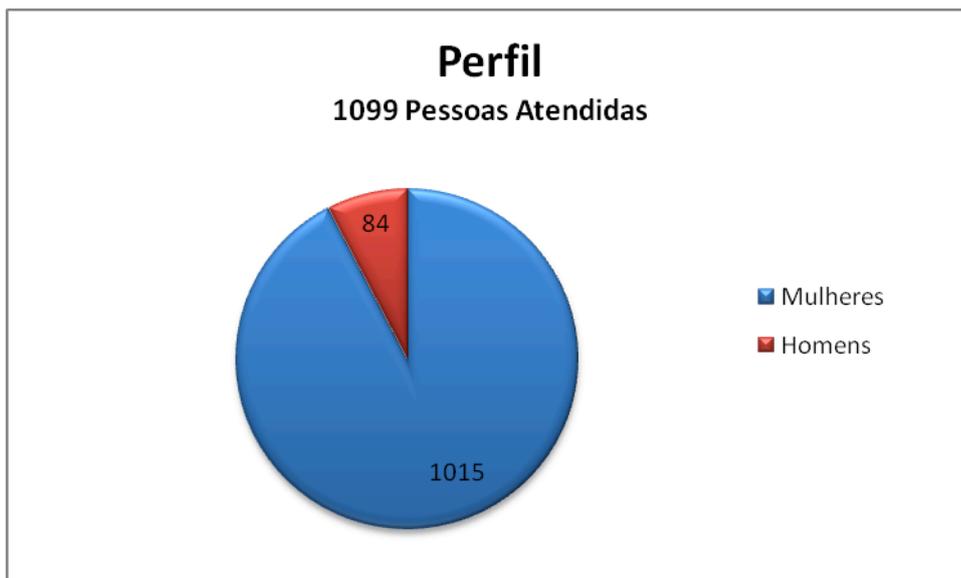


Gráfico I – Análise dos Prontuários SOS Ação Mulher Família

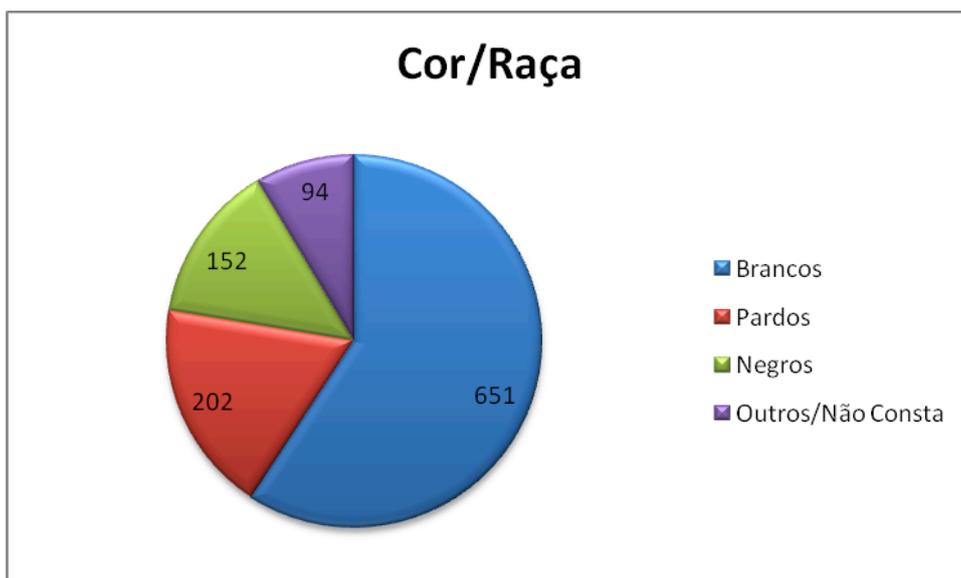


Gráfico II – Análise dos Prontuários SOS Ação Mulher Família



Gráfico III – Análise dos Prontuários SOS Ação Mulher Família



Gráfico VI – Análise dos Prontuários SOS Ação Mulher Família



Gráfico V– Análise dos Prontuários SOS Ação Mulher Família

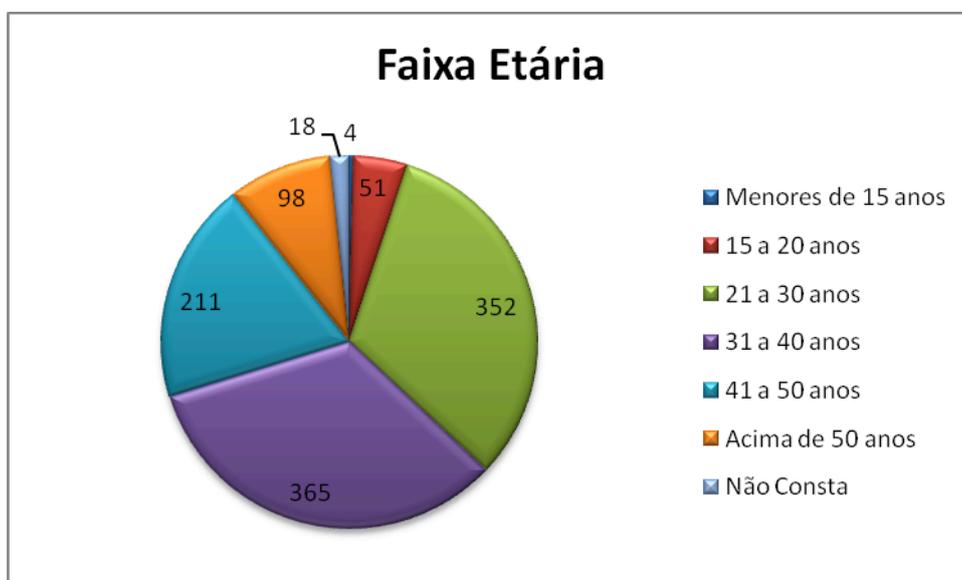


Gráfico VI – Análise dos Prontuários SOS Ação Mulher Família

As outras informações que podem ser obtidas nos prontuários se relacionam às configurações das agressões: a maioria dos casos ocorreram em casa e à noite, os dados profissionais dos envolvidos evidenciam as profissões das mulheres como do lar, doméstica ou serviços gerais. No prontuário de 2009, a maioria trabalha em empresas como vendedora, atendente, promotora de vendas, dentre outras. Em relação aos homens as profissões apresentadas são de pedreiro, motorista, serviços gerais e outras.

Outro fator em destaque é o grande número de desempregados(as) ou que sobrevivem com apenas um salário mínimo. A maior porcentagem de encaminhamentos ou/e informações sobre a ONG é a Delegacia de Atendimento a Mulher, totalizando 222

dos casos, os outros foram encaminhados por diversos setores como, o Conselho Municipal da Mulher, Defensoria Pública, Juizados Especiais, ou mesmo parentes, familiares ou amigos.

A partir desta análise notamos a importância da relação entre a DEAM e a ONG, pois é neste momento que os dados se cruzam. Observa-se que as vítimas procuram em primeiro lugar as instituições públicas, após a recorrência da agressão é que irão a outras instâncias para resolverem problemas como um possível divórcio, auxílio psicológico, dentre outros serviços.

Um fator a ser ressaltado na pesquisa aos prontuários são as motivações das violências, que estão em grande número relacionadas a problemas como o alcoolismo, recusa sexual ou outros problemas relacionados a sexualidade, raiva, ou a dependência química. O ciúme e o adultério também são citados, se referindo ao sentimento de posse, principalmente dos homens, que vêem suas esposas e companheiras como objetos.

Em relação aos “porquês” da não denúncia destaca-se: “Medo da reação dele”<sup>26</sup> “Ele prometeu que iria melhorar”, “Nunca tinha sido tão grave”, “Acreditava nas mudanças do marido”, “Chamei a polícia. A polícia passou e não teve coragem de chamá-lo”<sup>27</sup>. Verifica-se que apesar de instruídas pelo SOS Ação Mulher Família, muitas mulheres não chegam a realizar a queixa policial. O dado positivo é que desde 2003 mais mulheres denunciaram seus parceiros, com o surgimento da PAM.

É muito difícil interromper o ciclo da violência conjugal e intrafamiliar devido a várias situações verificadas nos prontuários de atendimento: medo de sofrer uma violência física ainda maior, vergonha dos(as) vizinhos(as), dos(as) amigos(as) e da família; medo de prejudicar a pessoa que agride e os(as) filhos(as), sentimento de culpa, baixa auto-estima ou responsabilidade pela violência sofrida, falta de condições financeiras e emocionais para mudar o rumo de suas vidas, crença de que a violência é provisória, consequência de uma fase ruim, visão simplificada de que as causas são, pobreza, desemprego ou dependência química, sendo esses fatores facilitadores de situações mais complexas previamente determinadas, falta de apoio familiar<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> Levantamento anual de dados sobre a violência conjugal e familiar em Uberlândia/2001, esta pesquisa foi realizada em janeiro de 2002, sob a coordenação da especialista em História e Graduada em Direito, Viviane de Souza Lemes, e colaboração da professora MS. Cláudia C. Guerra.

<sup>27</sup> Levantamento anual de dados sobre a violência conjugal e familiar em Uberlândia/2002, esta pesquisa foi realizada em janeiro de 2003, a coleta de dados foi feita pela jornalista e voluntária do SOS Mulher/Família, Patrícia Ribeiro Soares, sob a coordenação de Viviane de Souza Lemes (Especialista em História e Graduada em Direito) e da professora MS. Cláudia C. Guerra.

<sup>28</sup> Guia de Orientação do SOS Ação Mulher Família, 2011, p. 9 e 10.

A ONG SOS Ação Mulher Família constrói uma tipificação da violência contra a mulher a partir de três categorias: física, psicológica e moral, e sexual. Nota-se que o relacionamento com o agressor (a) é seguido por um medo constante simbolizado nestas falas: “Medo do que ele poderia fazer”,<sup>29</sup> “Fico magoada, sinto raiva, medo e dó dele”, “Ele sempre me ameaçava”, ”Medo das consequências”<sup>30</sup>, “Medo dele e da família dele”<sup>31</sup>, ”Medo, porque meu esposo me ameaçava”<sup>32</sup>.

Com base nestas informações pode-se constatar que ainda não se tem por parte das vítimas uma consciência em relacionar a violência sofrida a um crime que deve ser punido. Em alguns casos os porquês se referem aos filhos (as) ou ao medo do agressor ou da família, o que nos deixa claro que o processo violento no qual as mulheres são a maioria das vítimas envolve a violência psicológica que impossibilita a denúncia.

Outras falas interessantes são: “A policia não deu importância” ou “Registrou queixa, mas fui muito mal atendida. “Tive que falar na frente de todos”<sup>33</sup>. O que evidencia que a pessoa, vítima de violência, sente-se frágil, com vergonha da própria violência, por isso deve ser tratada de maneira a compreender que esta não é uma situação comum, mas sim um acontecimento que merece duas palavras: acolhimento e cuidado.

Em relação às armas foram utilizadas armas brancas (facas, facões e outros), mas grande parte dos meios utilizados foram os de confrontação física como os socos, pontapés, tapas e outras formas.

Ao chegarem à ONG as vítimas procuram apoio social, psicológico e jurídico, principalmente em relação a pedidos de pensão e solicitação de divórcios. Em média são realizados 100<sup>34</sup> atendimentos mensais, realizando um trabalho interdisciplinar entre psicólogos(as), advogados(as), historiadore(a)s, pedagogo(a)s, assistentes sociais, cujas estratégias de atendimento podem ser individuais, com o casal ou em grupos de apoio. Várias são as informações contidas nos prontuários, no entanto, nem todas foram

---

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Levantamento anual de dados sobre a violência conjugal e familiar em Uberlândia/2001, esta pesquisa foi realizada em janeiro de 2002, sob a coordenação da especialista em História e Graduada em Direito, Viviane de Souza Lemes, com a colaboração da professora MS. Cláudia C. Guerra.

<sup>34</sup> Este dado refere-se a informações que foram obtidas nos “Relatórios propositivos para criação, melhoria e/ou ampliação de políticas no combate à violência contra a mulher” apresentados como “Justificativa para os debates municipais” realizados pela presidente da ONG SOS Mulher Ação Família, Marina Drummond Zlochevsky e pela professora MS. Cláudia C. Guerra.

analisadas nesta pesquisa, mas sim as referentes às considerações pertinentes aos objetivos desta.

O trabalho desenvolvido pelo SOS Ação Mulher Família torna mais visível o fenômeno obscurecido da violência doméstica, familiar e intrafamiliar, realizando um mapeamento dos índices de violência, das formas mais “comuns” verificadas na cidade, dos tipos e duração dos relacionamentos, das necessidades das vítimas, das suas expectativas em relação ao trabalho de apoio prestado, colaborando para o entendimento da dimensão cultural e do significado simbólico dos conflitos interpessoais. Sua atuação, de caráter crítico, propõe e organiza um novo agir político em relação às práticas violentas e discriminatórias contra as mulheres.

É importante compreender que não existe um único perfil do agressor e nem da pessoa agredida, existem padrões de comportamento que refletem uma história de discriminação e submissão da mulher nessa sociedade. Padrões estes que inferiorizam determinados grupos em benefício de outros. É essencial a toda a população uberlandense a existência de instituições como a ONG SOS Ação Mulher Família, pois esta atua em várias frentes não só na busca por acolhimento e punição mas também no intuito de erradicar e prevenir a violência na cidade, destacando-se o quanto é essencial o papel desta na promoção de mudanças e na forma de repensar os papéis de homens e mulheres.

Outros dados cedidos pela ONG SOS Ação Mulher Família foram relativos a PAM (Patrulha de Atendimento Multidisciplinar) que tem sede na ONG SOS Ação Mulher Família. No período de 2004 a 2011 foram executados 3.453 atendimentos das 7.097 ocorrências, sendo que em alguns casos as pessoas não foram encontradas, além de em outros dispensarem o atendimento.

Em relação aos dados pode-se verificar as seguintes características: das 3.453 pessoas atendidas, 2.946 são do sexo feminino e 507 do masculino. A maioria dos atendidos tem entre 26 e 35 anos no total, sendo que os demais encontram-se em diversas faixas etárias, desde crianças a idosos, já que o atendimento da mesma tem como foco vítimas de violência intrafamiliar, que compreende um público bem extenso:

O público-alvo a ser atendido pela PAM é aquele que passa pela violência intrafamiliar, ou seja, crianças, adolescentes, adultos (as), gestantes, idosos (as), homossexuais, travestis, negros (as), pessoas com deficiência física ou mental, casais ou outros grupos considerados vulneráveis e historicamente excluídos. A violência intrafamiliar pode ocorrer dentro da família, unidade doméstica, ou em qualquer outro espaço. A vítima ao procurar atendimento

passa a ser reconhecida como usuária dos serviços.<sup>35</sup>

Em relação à escolaridade a grande maioria concentra-se nas últimas séries do ensino fundamental, no total 1.370, ou ensino médio incompleto ou completo, cerca de 928 pessoas. Ainda sobre a escolaridade pode-se destacar que apenas 148 eram analfabetos(as) e 328 com ensino superior incompleto ou completo, notando-se assim que estes dois grupos são os que menos denunciam. Outro dado é a ocupação, a maioria é “do lar”, e a grande maioria são mulheres. No total de 512 trabalham em áreas variadas e também há um grande número de autônomos, 268.

Das 7.097 ocorrências que ficaram ao cuidado da PAM, pode-se elevar este número para 10.000 pessoas atendidas se somarmos os beneficiários indiretos, ou seja, a repercussão que estes têm na família. Dois são os elos de atuação, o primeiro o público interno, ou seja, o SOS Mulher Ação Família, a Polícia Militar e a Universidade Federal de Uberlândia e o segundo é o público externo que são os moradores e cidadãos(as) da cidade de Uberlândia. Em relação ao atendimento este segue as seguintes etapas:

- O programa é automaticamente acionado após o registro do boletim de ocorrência (BO), detalhado e completo, realizado pela Polícia Militar;
- O(A) cidadão(ã) que necessitar dos trabalhos da PAM pode acioná-lo via telefonema à Polícia Militar – 190(via REDs), ao SOS Ação Mulher Família, à Delegacia da Mulher ou via Prefeitura Municipal de Uberlândia: Superintendência de Defesa Social ou Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação e Trabalho/Núcleo de Apoio à Mulher;
- A PAM presta atendimento de segunda à sexta-feira, no horário de 8:00 às 14:00 horas (com flexibilidade para alteração, conforme necessidades), excetuando-se feriados;
- A escala de critérios de prioridade de atendimento é estabelecida por meio de consenso entre os (as) profissionais da PAM, após a coleta dos B.O.s. específicos de violência intrafamiliar;
- Em caso de abrigamento, a equipe da PAM pode conduzir o (a) usuário (a) até a Delegacia da Mulher e/ou à Prefeitura Municipal de Uberlândia/Núcleo de Apoio à Mulher/Casa Abrigo Travessia;
- A PAM pode conduzir, quando necessário, o (a) usuário (a) para exame de corpo de delito;
- Em situação de risco de morte e de acordo com as necessidades, a PAM pode atender os (as) parceiros (as) diretos (as) e indiretos (as) do Programa na condução de abrigamentos e albergamentos;

---

<sup>35</sup>GUERRA, Cláudia Costa; NOVAIS, Gercina Santana; VIEIRA, Analúcia de Moraes (Org.), op cit. p. 6.

Toda a equipe que compõe a PAM passa por contínuos processos de formação coordenados pela UFU, com o fim de expor reflexões teóricas metodológicas, no que diz respeito a construção de uma cultura de paz. Os cursos ocorrem em torno de uma vez ao mês com carga horária de duas horas e também são promovidos encontros semestrais ou anuais, com parceiros diretos e indiretos, com o intuito formativo e avaliativo.

O funcionamento da PAM depende diretamente de quatro parceiros fundamentais, primeiro a ONG SOS Ação Mulher Família, pois é esta que cede o espaço físico, disponibiliza assistentes sociais e outro profissional da área para auxiliar no atendimento. Enfim, a ONG SOS é um parceiro determinante para a PAM, desde os processos mais simples como a disponibilidade de materiais para trabalho, até a promoção de cursos e eventos. Segundo, a 9ª RPM da Polícia Militar de Minas Gerais, com relação a disponibilidade de pelo menos duas viaturas para a realização do trabalho e a Polícia Militar no cumprimento de seu programa. O terceiro parceiro é a Prefeitura Municipal de Uberlândia, em relação a disponibilidade de profissionais para o quadro fixo, além de ser papel desta a ampliação das políticas públicas em relação a questão da violência intrafamiliar. Enfim, diversos trabalhos que a PAM necessita de apoio da prefeitura para a sua plena realização.

Por último temos a Universidade Federal de Uberlândia, cujo apoio vai desde o recebimento de recursos até a coordenação de cursos de formação continuada. Dessa forma pode-se evidenciar a importância do trabalho realizado pela PAM, dos 3.453 atendimentos familiares realizados, 695 foram encaminhados para a ONG SOS Mulher Ação Família, 453 para a Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher (DEAM), 184 para o Conselho Tutelar, 116 para o CAPs (Centro de Atenção Psicossocial), 115 para instituições filantrópicas, 107 para alcoólicos anônimos (AA) e 81 para os Núcleos Práticos Jurídicos das Faculdades parceiras da ONG.

Neste momento notamos o cruzamento dos dados, ou seja, a rede existe e sua importância é sem igual, pois um atendimento que começa na PAM passa pela DEAM e também pela ONG SOS Ação Mulher Família e outras instituições da cidade. O atendimento à vítima de violência não é uma frente única que apenas uma instituição “abraça” é uma ação conjunta, os dados comprovadamente se relacionam em todos os momentos.

Em entrevista com Rosa Neide Pereira Borges da Cunha, assistente social e atual coordenadora da PAM, pode-se constatar que ainda existem muitos desafios para que a

rede de apoio a mulher em Uberlândia funcione corretamente. A mesma enfatiza também que o projeto da PAM deve ser ampliado, pois, fora as denúncias por telefone atende apenas as áreas que compreendem os 91<sup>a</sup>, 170<sup>a</sup>, 148<sup>a</sup> e 158<sup>a</sup> CIA, ou seja, são beneficiados apenas uma parcela dos bairros de Uberlândia como, Cazeca, Brasil, Saraiva, Centro, Morumbi, Santa Mônica, Custódio, Aclimação, São Jorge dentre outros que compõem estas áreas das companhias de polícia.

Outros problemas citados pela entrevistada é a falta de apoio de alguns órgãos públicos, o que gera um descumprimento da Lei Maria da Penha, principalmente quanto ao abrigo de mulheres vítimas de violência.

Ainda temos os dados que foram repassados pela assistente social da Delegacia das Mulheres em Uberlândia. No ano de 2012, foram feitos 2.272 atendimentos, destes consta 809 prontuários abertos e apenas 532 inquéritos instaurados.

A partir destes dados consegue-se perceber que há um “estrangulamento” no atendimento da rede de apoio, ou seja, as mulheres vítimas de violência em sua maioria não dão prosseguimento às ocorrências.

Observa-se a causa desta desmotivação nas falas das vítimas atendidas pelo SOS Ação Mulher Família: “A polícia não deu importância” ou “Registrei queixa, mas fui muito mal atendida,” Tive que falar na frente de todos”<sup>36</sup>, “Chamei a polícia mas eles não vieram”<sup>37</sup>, “Porque a polícia foi na minha casa, mas não registrou a ocorrência”<sup>38</sup>, “O Dr. fez gozação e não registrou, precisava de testemunha”<sup>39</sup>.

As agredidas sentem-se envergonhadas ao descreverem o ocorrido, e ainda estão presas nos relacionamentos que envolvem sentimentos afetivos e de grande conflitualidade, se são mal atendidas sentem-se desmotivadas a prosseguirem com o inquérito e a realizarem o exame de corpo de delito que também é feito em um outro local dificultando o atendimento.

---

<sup>36</sup> Levantamento anual de dados sobre a violência conjugal e familiar em Uberlândia/2001, esta pesquisa foi realizada em janeiro de 2002, sob a coordenação da especialista em História e Graduada em Direito, Viviane de Souza Lemes, com a colaboração da professora MS. Cláudia C. Guerra.

<sup>37</sup> Levantamento anual de dados sobre a violência conjugal e familiar em Uberlândia/2002, esta pesquisa foi realizada em janeiro de 2003, a coleta de dados foi feita pela jornalista e voluntária do SOS Mulher/Família, Patrícia Ribeiro Soares, sob a coordenação de Viviane de Souza Lemes (Especialista em História e Graduada em Direito) e da professora MS. Cláudia C. Guerra.

<sup>38</sup> Levantamento anual de dados sobre a violência conjugal e familiar em Uberlândia/2001, esta pesquisa foi realizada em janeiro de 2002, sob a coordenação da especialista em História e Graduada em Direito, Viviane de Souza Lemes, com a colaboração da professora MS. Cláudia C. Guerra.

<sup>39</sup> Idem.

Porém a análise da articulação da rede não deve ser vista apenas pela ótica das falhas, muitos são os eventos com o fim de articularem o diálogo entre a rede. Pode-se citar como exemplo os Seminários, Conferências e Atividades de importância significativa para a cidade uberlandense. Realizado no dia 29 de novembro do ano de 2011, na Câmara Municipal de Uberlândia, o “Dia Internacional de Ação a Não Violência Contra a Mulher e os 16 Dias de Ativismo pela Cultura da Paz”, organizados pela ONG Ação Mulher Família de Uberlândia são exemplos do qual a pesquisadora participou e pôde assim perceber os esforços de diferentes setores e instituições da cidade para discutir a violência contra a mulher.

Outro evento significativo que evidencia as ações da rede e sobretudo da ONG SOS Ação Mulher Família, foi o lançamento do livro que marca os quinze anos da ONG, sob o título de “da lagarta à borboleta: pesquisas e intervenções em violência intrafamiliar”, ocorreu no dia 29 de junho de 2012 às 19 horas na Câmara Municipal de Uberlândia. O livro foi organizado pelas voluntárias da ONG Cláudia Costa Guerra, Gercina Santana Novais e Analúcia de Moraes Vieira e é constituído por artigos de várias(os) pesquisadores de diversas áreas, foram trabalhados vários temas, como o histórico da ONG SOS Ação Família, a história da PAM, o estupro, os aspectos psicológicos da ONG SOS Ação Mulher Família, as questões relativas a proteção da saúde mental, dentre outros temas que tem por finalidade evidenciar os revesses da violência e a busca de uma sociedade em que “reine” a paz conjugal e familiar. É necessário compreender o quão importante este evento caracteriza para a melhoria no cerne das relações sociais em Uberlândia, pois evidencia que múltiplas são as ações para a prevenção, punição e eliminação das mais variadas formas de violência de gênero nesta cidade.

Enfim, nota-se que a rede de apoio e serviços para o enfrentamento da violência conjugal e intrafamiliar, é a atuação articulada entre instituições e serviços governamentais e organizações da sociedade civil, visando à ampliação e a melhoria da qualidade do atendimento, a identificação, o encaminhamento e acompanhamento adequados de casos existentes na comunidade e o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e promoção da cidadania. Os seus atendimentos são como tecer os fios da rede para a sua manutenção.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao iniciar este trabalho inúmeras foram as motivações, dúvidas e empecilhos que no trilhar do mesmo foram sendo vencidos. Enfim, continua a idéia de que esta problemática é a que mais mobiliza os estudos das relações de gênero. Tal enfoque vem ganhando prestígio à medida que, ao possibilitar o conhecimento público das manifestações empíricas, permite redefinir os fundamentos teóricos que explicitam esse tipo de violência. E acredita-se que a mesma deva ser aprofundada, pois, os casos chocantes e alarmantes continuam a assombrar a todos.

Por meio da pesquisa conseguiu-se explorar com clareza o trabalho e a história da ONG SOS Ação Mulher Família e instituições que compõem a rede de apoio a violência na cidade, apesar das dificuldades enfrentadas. Na Delegacia de Mulheres várias foram as tentativas da pesquisadora e da orientadora, por telefone e pessoalmente, em fazer contato com a delegada atual, para marcar uma entrevista, porém não foi possível, o que limitou a análise dos dados desta instituição e compreender os impactos da instauração da Delegacia de Mulheres em Uberlândia. Em relação a PAM e ao SOS Ação Mulher Família contou-se com a presteza dos funcionários e voluntários, seja por telefone, email ou pessoalmente, visando auxiliar a pesquisadora em suas dúvidas e dificuldades. Além da imensa disponibilidade de documentos cedidos e das orientações e esclarecimentos prestados principalmente por Cláudia Costa Guerra e Rosa Neide Pereira Borges da Cunha.

A falta de disponibilidade de tempo da pesquisadora assim como a delimitação da entrega do trabalho apresentaram-se também como dificultadores, porém acredita-se que este seja apenas o início de um estudo nesta área, e com certeza, o amadurecimento acadêmico poderá transformar esta pesquisa em artigos ou mesmo em um projeto de mestrado.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUTLER, Judith *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. IN: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; Heilborn, Maria Luzia (Org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

- CORRÊA, Mariza. *Os crimes de Paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GOMIDE, Leila Regina Scalia. O Triângulo mineiro: história e emancipação. Um estudo sob a perspectiva da História Regional, *Cadernos de História*, Uberlândia, 4(4): 25-48, janeiro, 1993.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- GUERRA, Cláudia C. *Descortinando o poder e a violência nas relações de gênero-Uberlândia-MG (1980-1995)*. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós- Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- GUERRA, Cláudia Costa; LEMES, Viviane. Casa Abrigo Travessia de Uberlândia para mulheres e filhos/as em risco: uma alternativa à violência intrafamiliar. *Gênero em Pesquisa – PPGH*, n. 19/20, Ano 10/11, Uberlândia, 2002.2003).
- GUERRA, Cláudia Costa; NOVAIS, Gercina Santana; VIEIRA, Analúcia de Moraes (Org.). *Da lagarta à borboleta: pesquisas e intervenções em violência intrafamiliar*. Uberlândia: Hebrom, 2012.
- PENHA, Maria da. *Sobrevivi... Posso Contar*. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2010.
- RAGO, Luzia Margareth. Adeus ao Feminismo? Feminismo e Pós-Modernidade no Brasil. In: *Cadernos AEL: Mulher, História e Feminismo*, n. 3/4, Campinas, SP, 1995/1996, p. 36-40.
- SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 69.
- SANTOS, Y. G. dos. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel dos movimentos feministas: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. *Cadernos Pagu*, n. 27, p. 401-426, Jul./dez. 2006).
- SILVA, Marlise Vinagre. *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez, 1992.
- SOUZA, Luiz Antônio de Souza; Kumpel, Vitor Frederico. *Violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei 11.340/2006*. 2 ed. São Paulo: Método, 2008.
- TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO Monica de. *O que é violência contra mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

## DOCUMENTOS

- CRUZ, Cláudia Regina Braga da Cruz. *Pesquisa em prontuários da SOS Ação Mulher Família de Uberlândia do ano de 2009*, Uberlândia-MG, 2010.

GUERRA, Cláudia Guerra (Coord); Guerra, Cláudia Guerra ; NUNES , Vanessa da Silva (análise); NUNES, Vanessa da Silva (coleta dados). *Levantamento de dados sobre a violência conjugal e intrafamiliar no SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, de janeiro a dezembro de 2006*, Uberlândia-MG, 2007.

LEMES, Viviane de Souza (Coord); Guerra, Cláudia Guerra (análise); SOARES, Patricia Ribeiro (coleta dados). *Levantamento anual de dados sobre a violência conjugal e familiar no SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, de janeiro a dezembro de 2002*, Uberlândia-MG, 2003.

LEMES, Viviane de Souza (Coord); GUERRA, Cláudia Costa (análise). *Levantamento parcial de dados sobre a violência conjugal e familiar no SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, de janeiro a dezembro de 2001*, Uberlândia-MG, 2002.